ESTADO DO MARANHÃO
Assembléia Legislativa
Gabinete Deputado Antônio Pereira

PROJETO DE LEI Nº /2026

Considera de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santa Isabel com sede no município de Davinópolis (MA).

Art. 1º Fica considerado de Utilidade Pública a Associação Comunitária Santa Isabel, entidade sem fins lucrativo, detentora do CNPJ nº 05.141.513/0001-36 com sede à Rua São Pedro nº 126 Centro, cidade de Davinópolis (MA).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:
A referido associação tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, estando, portanto, capacitado a receber esse reconhecimento por parte do Governo do Estado e dessa Casa Legislativa.
Plenário Dep. Nagib Haickel, em 20 de maio de 2026

Atenciosamente,

ANTONIO PEREIRA
Deputado Estadual

Maranhão do Sul, a força do povo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
50.131.261/0001-19 MATRIZ		16/01/2023

NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
INSTITUTO PATIO VERDE	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R PRINCIPAL	65	ANDAR 1 SALA 1

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.092-115	ITAPERA	SAO LUIS	MA

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
INSTITUTOPATIOVERDESLZ@GMAIL.COM	(98) 9106-5996

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	16/01/2023

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **13/01/2025** às **16:44:20** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

EMPRESA PACOTILHA S.A
CNPJ Nº 06.271.258/0001-09
NIRE Nº 21 3 0000952-3

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA O diretor presidente da Empresa Pacotilha S/A, no uso das atribuições que lhe confere o estatuto social, nos termos da alínea "a", do §1º, do artigo 15, convoca os senhores acionistas para as assembleias gerais extraordinária e ordinária a se realizarem no **dia 19 de março de 2025, às 10:00 horas**, na sede social da empresa, na rua Assis Chateaubriand, nº 1, bairro Renascença II, São Luís - MA, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **i - extraordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023; e, **b)** destinação dos resultados dos exercícios; **ii - ordinária: a)** prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **b)** destinação do resultado do exercício; e, **c)** eleição da diretoria para o triênio 2025/2028 e fixação dos seus honorários. São Luís - MA, 11 de março de 2025. Pedro Batista Freire - Diretor Presidente.

ESTATUTO

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

RESENHA DO ESTATUTO. Denominação: **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE,** também designado pela nome, **INSTITUTO PATIO VERDE**, constituído em 08 de março de 2022, é uma associação civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro no município de São Luís, Estado do Maranhão na Rua Principal, Nº 65, Itapera, São Luís – Maranhão, CEP: 65.092-115, inscrito no CNPJ: 50.131.261/0001-19, regida por esse estatuto e por seu regimento interno e obedecendo aos preceitos dos artigos 53 a 61, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, bem como o artigo 54º, inciso I do (Código Civil Brasileiro) e Lei Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. O **INSTITUTO PATIO VERDE** esta formalizada como pessoa jurídica, regido pelos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e a universalidade dos serviços e não faz qualquer descriminação de raça, gênero ou religião. Seu objetivo principal é promover a sustentabilidade da vida por meio de ações sociais, ambientais, educacionais e de desenvolvimento sustentável. O estatuto da instituição é abrangente e detalhado, organizando suas atividades, administração, patrimônio e relações com os associados. **Patrimônio do INSTITUTO PATIO VERDE** O patrimônio do Instituto é composto por bens móveis, imóveis, veículos, ações, títulos e outros recursos adquiridos por doações, legados ou compras. O estatuto estabelece que os bens permanentes, como acervo técnico e equipamentos, são inalienáveis, exceto com autorização expressa da Assembleia Geral. **Fins do INSTITUTO PATIO VERDE** O Instituto tem como finalidade promover a sustentabilidade da vida por meio de diversas ações, incluindo: Educação e saúde gratuitas; Empoderamento feminino e geração de renda; Preservação ambiental e desenvolvimento sustentável; Promoção de direitos humanos, ética, cidadania e democracia; Desenvolvimento de tecnologias alternativas e pesquisas científicas; Apoio a políticas públicas e fortalecimento da sociedade civil. O Instituto não distribui lucros ou dividendos, aplicando todos os recursos auferidos na manutenção de seus objetivos institucionais. **Administração do INSTITUTO PATIO VERDE** A administração do Instituto é composta por: **Assembleia Geral**: Órgão máximo de decisão, responsável por eleger a diretoria, aprovar contas e deliberar sobre alterações estatutárias. **Diretoria Executiva**: Composta por oito diretores (Presidente, Administrativo/Financeiro, Comunicação e Eventos, Jurídico, Sócio-Cultural e Pedagógico, Projetos, Ambiental e Pesquisas e Tecnologias), responsáveis pela gestão diária e execução dos projetos. **Conselho Fiscal**: Formado por três membros, fiscaliza as contas e operações financeiras do Instituto. A diretoria é eleita para mandatos de 48 meses, com possibilidade de reeleição por mais dois mandatos consecutivos. **Os Sócios do INSTITUTO PATIO VERDE** O Instituto é composto por associados divididos em categorias, como fundadores, efetivos, contribuintes, voluntários, beneméritos e patrocinadores. Cada categoria tem direitos e deveres específicos, como participar das assembleias, votar e ser votado, e contribuir para o desenvolvimento da instituição. A admissão e exclusão de associados são de responsabilidade da Assembleia Geral, e os associados não respondem pelos encargos financeiros da instituição. **Extinção do INSTITUTO PATIO VERDE** A extinção do Instituto ocorrerá caso se torne impossível a continuidade de suas atividades. O processo inclui a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária, com quórum de dois terços dos presentes, para deliberar sobre a dissolução. Após a extinção, o patrimônio será destinado a outra organização sem fins lucrativos com objetivos semelhantes. **Destino do Patrimônio do INSTITUTO PATIO VERDE** Em caso de extinção, o patrimônio líquido do Instituto será transferido para uma instituição qualificada como OSC (Organização da Sociedade Civil), preferencialmente com fins idênticos ou semelhantes aos do Instituto. Essa transferência garante que os recursos continuem a ser utilizados para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento social. O estatuto do **INSTITUTO PATIO VERDE** é um documento robusto e bem estruturado, refletindo o compromisso da instituição com a transparência, a sustentabilidade e o desenvolvimento social. A organização prioriza a aplicação integral de seus recursos em projetos alinhados com seus objetivos, sem distribuição de lucros ou benefícios pessoais. Além disso, a gestão democrática, com participação ativa dos associados e fiscalização rigorosa, reforça a credibilidade e a eficiência da instituição. O Instituto se destaca por sua atuação multifacetada, abrangendo desde educação e saúde até preservação ambiental e inovação tecnológica. Sua estrutura organizacional e processos decisórios são claramente definidos, garantindo a continuidade e a eficácia de suas ações. Em resumo, o **INSTITUTO PATIO VERDE** é um exemplo de organização da sociedade civil comprometida com a promoção do bem-estar social e ambiental. Este Estatuto registrado no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade de São Luís Maranhão. São Luís - MA, em 05 de fevereiro de 2025. Clesilma Sousa de Jesus Presidente do Instituto Pátio Verde.

NOTAS DE EMPENHO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - TJ/MA

Resenha da Nota de Empenho Nº 2025NE000522– FERJ; Data De Emissão:10/03/2025; Processo Administrativo Nº 14.967/2025 **Contratante**: Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **Contratado**: Melissa Regina Reis Pimentel Gonçalves CPF.895.661.813-53 **Histórico**: Despesa referente aos honorários periciais concedidos ao(a) Perito(a) Judicial Melissa Regina Reis Pimentel Gonçalves, Assistente Social, nomeado(a) nos autos do processo nº 0800009-80.2025.8.10.0071, para elaboração de laudo e perícia técnica, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 232/2016 e Resolução GP n.º 09/2017. Valor dos honorários fixados pelo magistrado: R$ 450,00. (Vara Única da Comarca de Bacuri). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 04901 – Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ. Natureza da Despesa: 339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. Programa: 0543 Prestação Jurisdicional. Ação Orçamentária: 6002 – Distribuição de Justiça – Ferj. Modalidade do Empenho: Ordinário. Ordenador de Despesa: Amudsen da Silveira Bonifácio.

CERTIFICADO
10202500921266211

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

2025

ALVARÁ DE LICENÇA E FUNCIONAMENTO

FINALIDADE: FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
3682430877

CPF/CNPJ
50.131.261/0001-19

NÚMERO DE CONTROLE
92120253492606

RAZÃO SOCIAL
INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE

NOME FANTASIA
INSTITUTO PATIO VERDE

LOCALIZAÇÃO
R PRINCIPAL ANDAR 1 SALA 1 Nº 65, ITAPERA
65092115 -SAO LUIS-MA

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA

CNAE Principal e Secundários
949950000 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

RESTRIÇÕES
Este contribuinte está autorizado a desenvolver as atividades acima elencadas e firma compromisso, sob as penas da lei, de que conhece e atende os requisitos legais exigidos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, no que respeita ao uso e ocupação do solo, as atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos, acessibilidade e de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndios e pânico. O contribuinte reconhece que o não atendimento a estes requisitos acarretará a suspensão e a cassação subsequente do Alvará de Funcionamento, nos termos da legislação vigente.

NOTA: ESTE ALVARÁ DEVE SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL E ACESSÍVEL À FISCALIZAÇÃO.

VALIDADE: 31/12/2025

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE:
3F2F57E5BE16A72D99065250A62EBA3C

Cantuária de Azevedo
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial de Registro
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros de Araújo Saldanha
Substitutos

CERTIDÃO DE PERSONALIDADE JURÍDICA

Certifico e dou fé que nos termos dos Art.os 45 e 985 do Novo Código Civil Brasileiro e na forma dos Art.os 114 e 119 da Lei n.º 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em data de hoje, foi conferida a Personalidade Jurídica ao **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE,** entidade civil com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, protocolada e registrada sob n° **72.227** de 16 de janeiro de 2023.

São Luís, 16 de janeiro de 2023.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Melissa Sousa Rodrigues
Melissa Sousa Rodrigues
Escrevente Autorizada

Poder Judiciario TJMA Selo: CERTID0299268ULN92UYBH6GO337, 16/01/2023 12:51:57, Ato: 15.10.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE, Total R$ 46,60 Emol R$ 42,18 FERC R$ 1,26 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72228

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E ELEIÇÃO DA PRIMEIRA DIRETORIA A SER REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2022, NA RUA PRINCIPAL, N º 65, ITAPERA, SÃO LUIS-MA.

EDITA.

Art. 1º - Ficam convocados todos os interessados e a comunidade em geral para comparecerem à Assembleia Geral de constituição do **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE**, aprovação do Estatuto Social e Eleição da Primeira Diretoria a ser realizada, no dia 08 de março de 2022, na rua Principal, N º 65, Itapera, São Luis-MA. A primeira convocação se dará às 14:00 horas do dia mencionado com a presença de no mínimo 11 (onze) interessados presentes para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

a) Apreciação e Aprovação do Estatuto;

b) Constituição e fundação do **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE**;

c) Eleição e Posse da primeira Diretoria Executiva e da Conselho Fiscal

Art. 2º O Presente Edital de Convocação está publicado em locais de grande circulação, mídias sócias e grupos de WatsZap

São Luís – MA, 10 de fevereiro de 2022

Convocantes:

Clesilma Sousa de Jesus

Luana Amorim Costa

Daniel Rodrigues dos Santos

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT02992615ON5U3ZJOS9N78, 16/01/2023 12:39:14, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE, Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA02992GY86G0QUAHKK5TV54, 16/01/2023 12:40:05, Ato: 15.9.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE, Total R$ 69,24 Emol R$ 60,41 FERC R$ 2,41 FADEP R$ 3,21 FEMP R$ 3,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CENTRO EMPRESARIAL VINÍCIUS DE MORAES, LOJA 04 - CALHAU
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 72227 deste cartório, e registrado em microfilme nº 72228
São Luís, 16 JAN 2023
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Tayane Santiago Dourado
Escreventes
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVQUIV02992GTB97.INU5MNSE0B375, 16/01/2023 12:40:20, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE, Total R$ 6,02 Emol R$ 5,44 FERC R$ 0,18 FADEP R$ 0,21 FEMP R$ 0,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DO INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE.

Aos 08 (oito) dias do mês de março de dois mil e vinte dois (2022), reuniram-se, em primeira convocação, às 14 horas e 30 minutos, na Sede Provisória do Instituto Pátio Verde, localizado na Rua Principal, nº 65, 1º andar, Itapera, CEP 65092-115 na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, os abaixo-assinados que resolvem fundar a Associação Civil denominada **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE**, aberta a Assembléia foi eleita presidente, por aclamação, a fundadora Srª. Clesilma Sousa de Jesus, convidando o Srº. Daniel Rodrigues dos Santos para secretariar a sessão, a que aceitei. A pedido da presidência dos trabalhos, li a ordem do dia, para a qual fora convocada está Assembleia Geral e que tem o seguinte teor. a) Apreciação e aprovação do Estatuto Social; b) Constituição e fundação definitiva do **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE**; c) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e da Conselho Fiscal. A presidente solicitou que procedesse à leitura integral da minuta do estatuto pelo Srº. Luís de Franca Pereira, cujas cópias já haviam sido distribuídas previamente aos presentes, que submetido à discussão, foi analisado artigo por artigo. Encerradas as discussões com aprovação do estatuto pela plenária por unanimidade sem emendas ou modificadas e cumpridas as formalidades legais, foi declarada definitivamente constituída a Associação Civil denominada **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE,** com sede provisória nesta cidade, endereço na Rua Principal, nº 65, na cidade de São Luís, no estado do Maranhão CEP: 65092-115 regida na forma do estatuto social. Em seguida, foi eleita a primeira diretoria do **Instituto** conforme o estatuto, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para quadriênio 2022 a 2026, após a votação, foram eleitos por aclamação para compor a diretoria, em conformidade com o estatuto do **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE**, os diretores e diretoras, **Diretor-Presidente:** Clesilma Sousa de Jesus, nacionalidade brasileira, inscrita no RG nº 000031361694-9 / SSP-MA, CPF nº 856.572.203-15, estado civil: solteira, data nascimento 03/05/1979, profissão: Pedagoga, endereço: rua 11 estrela, nº 01, bairro Vila Bagdá – Itapera, CEP: 65092-115, São Luís – MA; **Diretora Administrativo/Financeira:** Luana Amorim Costa, nacionalidade brasileira, inscrita no RG nº 040400412010-4 / SSP-MA, CPF nº 607.241.523-77, estado civil: solteira, data nascimento: 17/03/1995, profissão: Téc. em Meio Ambiente, endereço: Av. horizonte, Q. 06, nº 01, bairro Pôr do Sol, CEP: 65092-115, São Luís – MA; **Diretor de Comunicação e Eventos:** Leonardo Gusmão de Jesus, nacionalidade brasileiro, inscrito no RG nº 017972172001-5 / SSP-MA, CPF nº 014.916.153-03, estado civil: solteiro, data nascimento: 09/03/1987, profissão: Gestor Ambiental, endereço: rua Nª Sª da Conceição, nº 03, Vila Bagdá, CEP: 65092-115, São Luís – MA; **Diretor Jurídico:** Daniel Rodrigues dos Santos, nacionalidade: brasileiro,

CANTUARIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

inscrito no RG nº 000039155295-3/ SSP-MA, CPF nº 656.968.753-00, estado civil: solteiro, data nascimento: 03/01/1981, profissão: Administrador / Gestor Ambiental, endereço: Rua Padre Marcos, nº 06, bairro São Bernardo, CEP: 65055-810, São Luís – MA; **Diretor Sócio-Cultural e Pedagógico:** Dulce Maria Pereira, nacionalidade: brasileira, inscrita no RG nº 000104802899-0 / SSP-MA, CPF nº 017.283.813-47, estado civil: solteira, data nascimento: 11/07/1979, profissão: Autônoma, endereço: rua Nova, nº 04, bairro Angelim, CEP: 65000-000, São Luís – MA; **Diretor de Projetos:** Daniela Borges Ribeiro, nacionalidade: brasileira, inscrita no RG nº 033928042007-5 / SSP-MA, CPF nº 602485313-01, estado civil: solteira, data nascimento: 29/06/1986, profissão: Engenheira Agrônoma, endereço: rua 13, nº 14, bairro Janaína, CEP: 65000-000, São Luís – MA; **Diretor Ambiental:** Viviane Maria Freitas, nacionalidade: brasileiro, inscrita no RG nº 039280652010-4 / SSP-MA, CPF nº 058.496.233-96, estado civil: solteiro, data nascimento: 26/04/1981, profissão: Téc. em Meio Ambiente, endereço: rua 01, nº 19, bairro Parque Brasil, CEP: 65000-000, São Luís – MA; **Diretor de Pesquisas e Tecnologias:** Luís de Franca Pereira, nacionalidade: brasileiro, inscrito no RG nº 058433202016-3 / SSP-MA, CPF nº 619.587.793-00, estado civil: solteiro, data nascimento: 26/08/1960, profissão: Trabalhador Rural, endereço: rua da Paz, nº 100, bairro Anajatiua, CEP: 65000-000, São Luís – MA, A seguir, realizou-se a eleição dos membros do Conselho Fiscal, constituído pelos seguintes associados na qualidade de titulares: **Presidente do Conselho Fiscal:** Maria da Conceição Verde de Jesus, nacionalidade: brasileira, inscrita no RG nº 000026550194-6 / SSP-MA, CPF nº 010.764.723-03, estado civil: solteiro, data nascimento: 09/08/1969, profissão: Agricultora Familiar, endereço: Av. Horizonte, Q. 02, nº 04, bairro Pôr do Sol, bairro: São Luís – MA; **1º Conselheiro Fiscal:** José Benedito Travassos Pires, nacionalidade: brasileiro, inscrito no RG nº 000112742299-2 / SSP-MA, CPF nº 024.563.783-42, estado civil: solteiro, data nascimento: 26/03/1986, profissão: Tec. Agropecuária, endereço: rua Gonçalves Dias, nº 30, bairro Vila Brasil, CEP: 65000-000, São Luís – MA; **2º Conselheiro Fiscal:** Maria Vitoria Pinheiro Pereira, nacionalidade: brasileira, inscrita no RG nº 000071570697-7 / SSP-MA, CPF nº 071.036.972-72, estado civil: Solteira, data nascimento: 06/01/1951, profissão: Agricultor Familiar, endereço: rua 07, Q. 08, nº 10, Bairro V. Sarney, CEP: 65000-000, São Luís – MA. A presidente deu posse imediata aos eleitos, para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data, compreendendo o mandato de 2022 a 2026. Ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usá-la, o presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que fiz como secretário, e depois de reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo presidente da Assembléia, por mim, Secretário e por todos os demais presentes, que passam a ser considerados membros fundadores. São Luís, 08 de marco de 2022.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

Clesilma Sousa de Jesus
Diretor-Presidente

Luana Amorim Costa
Diretora Administrativo/Financeira

Leonardo Gusmão de Jesus
Diretor de Comunicação e Eventos:

Daniel Rodrigues dos Santos
Diretor Jurídico

Dulce Maria Pereira
Diretor Sócio-Cultural e Pedagógico

Daniela Borges Ribeiro
Diretor de Projetos

Viviane Maria Freitas
Diretor Ambiental

Luís de Franca Pereira
Diretor de Pesquisas e Tecnologias

Maria da Conceição Verde de Jesus
Presidente do Conselho Fiscal

José Benedito Travassos Pires
1º Conselheiro Fiscal

Maria Vitoria Pinheiro Pereira
2º Conselheiro Fiscal

São Luís, 08 de marco de 2022.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CENTRO EMPRESARIAL VINICIUS DE MORAES, LOJA 04 - CALHAU
O presente documento encontra-se AVERBADO no Reg. nº 72227 deste cartório, e registrado em microfilme nº 72229
São Luís, 16 JAN. 2023
Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo
Oficial
José Tadeu Cantuária de Azevedo Filho
Glenda Medeiros Araujo Saldanha
Substitutos
Melissa Sousa Rodrigues
Tayane Santiago Dourado
Escreventes
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926GCOD2VCNK0JR5J87, 16/01/2023 12:41:10, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE, Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926DCRJY0LOEVJSLL42, 16/01/2023 12:41:50, Ato: 15.9.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 89,24 Emol R$ 80,41 FERC R$ 2,41 FADEP R$ 3,21 FEMP R$ 3,21 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: AVERBA029926MXH56OLAV0VF0P11, 16/01/2023 12:42:36, Ato: 15.9.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 130,69 Emol R$ 117,81 FERC R$ 3,50 FADEP R$ 4,69 FEMP R$ 4,69 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926I9I0MVCLMTH7AV29, 16/01/2023 12:42:59, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 48,16 Emol R$ 43,52 FERC R$ 1,28 FADEP R$ 1,68 FEMP R$ 1,68 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

LANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

ESTATUTO SOCIAL

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

CAPÍTULO I - DA NATUREZA, OBJETIVOS, DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Artigo 1º - O **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE**, também designado pela nome, **INSTITUTO PATIO VERDE**, constituído em 08 de março de 2022, é uma associação civil de interesse público, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede e foro nesta capital, na Avenida Principal, nº 65, 1º andar, Sala 01, Itapera, CEP: 65092-115, São Luis – Maranhão, com área de atuação em todo território do Nacional.

§1º O **INSTITUTO PATIO VERDE**, é uma organização da sociedade civil, com perpetuação de regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. (Lei Nº 13.019/2014).

§2º - A Entidade não promoverá a distribuição de lucros ou dividendos; não concederá benefícios ou vantagens pessoais aos seus dirigentes e respectivos cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau, assim como às pessoas jurídicas das quais as pessoas mencionadas nesse parágrafo sejam controladores ou detenham mais de 10% (dez por cento) das participações societárias.

§3º - O exercício dos cargos da Diretoria Executiva será remunerado, conforme o desempenho e participação nos projetos que forem pertinentes. O exercício dos cargos do Conselho Fiscal não será remunerado, exceto quando os conselheiros prestarem serviços específicos para o Instituto, hipótese em que a remuneração corresponderá aos valores praticados pelo mercado na região correspondente à área de atuação.

§4º - Os recursos auferidos pela entidade serão aplicados integralmente no Estado e exclusivamente na manutenção de seus objetivos institucionais.

Artigo 2º - O **INSTITUTO PATIO VERDE** tem por finalidades e objetivos principais:

I – Promoção e reconhecimento da participação social como direito do cidadão

II – Promoção a educação visando a melhor qualidade de vida da população, oferecendo a Educação Infantil (Creche e Pré-Escola).

III – Promoção gratuita da saúde, segurança alimentar e nutricional, observando a forma complementar de participação das organizações.

IV – Promoção e incentivo às mulheres para empoderamento de suas qualidades e geração de renda.

V – Preservação, conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

VI – Promoção ao desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável

VII – Experimentação sem fins lucrativos de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito.

VIII – Promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direito e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar.

IX – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

X – Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito todas às atividades mencionadas neste artigo.

XI – Promoção e incentivo gratuito do esporte em todas as modalidades as crianças, adolescentes, jovens, adultos e grupos de mulheres.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

XII – Planejamento Estratégico Organizacional, plano de Desenvolvimento e Recuperação Territorial e Ambiental.
XIII – Apoio e consultoria para o desenvolvimento territorial.
IVX – Fortalecimento de arranjos produtivos locais e incentivos ao empreendedorismo.
XV – Elaboração, execução, gerenciamento e monitoramento de projetos sócio-econômicos, ambientais, agropecuários, agroflorestais, agroindustriais, agropastoris, culturais e administrativos.
XVI – Assessoria e consultoria à gestão pública e privada.
XVII – Assessoria, consultoria, estudo e gestão para transformação e reaproveitamento de resíduos de resíduos industriais (tratamento e desidratação de lodos, tratamento em processos de compostagem em resíduos orgânicos, tratamento e reciclagem com plásticos, sucatas, baterias dentre outros residuos oriundos de residências, empresas privadas e públicas e da indústria).
XVIII – Manutenção de hidrovias, lagoas industriais, aumento de calado, estudo geotécnico de viabilidade, economia circular, soluções baseadas na natureza (SBN).
XIX –. Desenvolvimento científico, tecnológico, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, amparo à pesquisa e inovações.
XX –. Infraestrutura civil, montagem eletromecânica, terraplanagem.
XXI – Monitoramento ambiental, estudo de impacto, compensação ambiental, ações de impacto do carbono zero, emergências ambientais, remediação ambiental, reflorestamento, bioengenharia, recuperação em áreas degradadas.
XXII – Assessoria, consultoria, estudo e gestão de diferentes portes e fontes de energia: fotovoltaica, eólica, hídrica, biomassa e geotérmica.
XXIII – Promoção a Programas à prevenção da saúde pública.
XXIV – Ações de integração racial, étnica e de gênero, arranjos produtivos e economia solidária.
XXV – Diagnóstico, Capacitação e Desenvolvimento Sustentável, diagnóstico de Unidade de Produção Familiar (UPF), levantamento e diagnóstico de perfil socioeconômico territorial e topografia.
XXVI –. Gestão de cursos, palestras, oficinas e workshops.
XXVII - Assessoria técnica de demandas especiais: quilombolas, mulheres quebradeiras de coco, jovens agricultores, índios e afro-descentes de negros não-quilombolas.
XXVIII – Estruturação de Projetos Produtivos e Sociais.
XXIX – Georreferenciamento e Avaliação de Imóveis Rurais e Urbanos.
XXX – Diversificação e Qualificação da Produção Agrícola, Pesqueira e Abastecimento.
XXXI – Apoio biopsicossocial e ao fortalecimento à saúde familiar.
XXXII – Assessoria e consultoria técnica e extensão rural.
XXXIII – Fortalecimento e disseminação às políticas públicas.
XXXIV– Promoção da Política Habitacional buscando desenvolver estratégias intersetorias
XXXV– Articular e Elaborar ações com o objetivo de minimizar o déficit habitacional e melhoria da habitações
XXXVI – Promoção ao fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;
XXXVII – Promoção e fortalecimento das ações de cooperação institucional entre os entes federados nas relações com as organizações da sociedade civil
XXVIII – Promover a articulação convênios, contratos de repasse e termos de parceria entre acordos com a União e entidades governamentais dos demais entes da Federação
XXIX - Diagnóstico, Capacitação e Desenvolvimento na Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os Empreendimentos Familiares Rurais e as formas associativas da agricultura familiar (cooperativas agropecuárias e associações rurais).
XL - Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas de

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos e a destinação adequada dos rejeitos quando não pode ser reciclado ou reutilizado.
XLI – Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas para o planejamento, implementação e gestão para reduzir a produção de resíduos e proporcionar coleta, armazenamento, tratamento transporte e destino final adequado aos resíduos gerados.

Parágrafo Único – O **INSTITUTO PATIO VERDE** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social. (Lei 9.790/99, parágrafo único do art.1º)

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, o **INSTITUTO PATIO VERDE** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. (Lei 9.790/99, inciso I do art.4º)

Parágrafo Único – Para cumprir seu propósito a entidade atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (Lei 9.790/99, parágrafo único do art. 3º).

Artigo 4º - A Instituição disciplinará seu funcionamento por meio de Ordens Normativas, emitidas pela Assembléia Geral, e Ordens Executivas, emitidas pelo Conselho Administrativo.

Artigo 5º - O **INSTITUTO PATIO VERDE** poderá aceitar auxílios, contribuições ou doações, depois de examinados e aprovados pela Diretoria Executiva, bem como firmar convênios nacionais ou internacionais com organismos ou entidades públicas ou privadas, contanto que não impliquem em sua subordinação a compromissos e interesses que conflitem com seus objetivos e finalidades ou arrisquem sua dependência.

Artigo 6º - Diz respeito ao patrimônio da entidade: O material permanente acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pelo **INSTITUTO PATIO VERDE** através de convênios, projetos ou similares, são bens permanentes da sociedade e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa pela Assembléia Geral de Associados.

Artigo 7º - A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Instituição se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Artigo 8º - O **INSTITUTO PATIO VERDE** é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias: fundador, efetivo, contribuinte, benfeitor, institucional, voluntário, benemérito, honorário, patrocinador e internauta.

§1º - É associado fundador, pessoa física presente na Assembléia Geral de constituição, ou que venha associar-se no prazo máximo de dez (10) dias corridos após a Assembléia Geral de constituição, que venha a pagar anuidades.

§2º - É associado efetivo todo associado contribuinte, que tenha participado das atividades do **INSTITUTO PATIO VERDE**, por prazo não inferior a três (3) anos consecutivos, sem sanções administrativas, o qual será convidado a compor a categoria, a convite da Diretoria Executiva e aprovado em Assembléia Geral e que venha a pagar anuidades.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

§3º - É associado contribuinte, pessoa física ou jurídica, que venha a solicitar sua adesão após Assembléia Geral de constituição e que venha a pagar anuidades.

§4º - São associadas institucionais todas as pessoas jurídicas e entidades do terceiro setor que venham a formar parcerias ou trabalhos em conjunto, com sede no município ou em outros municípios, estando isento do pagamento de anuidades.

§5º - É associado voluntário, pessoa física que venha a compor os serviços voluntariados do **INSTITUTO PATIO VERDE**, no desenvolvimento de suas atividades, estando isento de pagamento das anuidades.

§6º - É associado benemérito, pessoa física ou jurídica que tenha prestado serviços relevantes para o **INSTITUTO PATIO VERDE**, a juizo da Diretoria Executiva, *ad referendum* da Assembléia Geral, quer seja por atividade de voluntariado, ou através de doações e contribuições, estando isento de pagamento de anuidades.

§7º - É associado patrocinador, pessoa jurídica que patrocina as atividades do INSTITUTO PATIO VERDE, de forma constante ou periódica, e que venha a pagar anuidades.

§8º - É associado internauta, pessoa jurídica ou física que venha a participar do INSTITUTO PATIO VERDE, via internet e estão isentas de pagar anuidades.

§9º - Uma pessoa poderá participar de mais de uma categoria de associado simultaneamente.

§10º - Todos os associados na forma de pessoas jurídicas farão se representar através de pessoa física indicada pela mesma.

§11º - A admissão e a exclusão dos associados é atribuição da Assembléia Geral.

Artigo 9º - São direitos dos associados (fundadores, efetivos e contribuintes) quites com suas obrigações sociais:

I - Votar e ser votado para os cargos eletivos;
II - Tomar parte nas Assembléias Gerais;
III - Freqüentar a sede do **INSTITUTO PATIO VERDE** e utilização dos recursos disponíveis;
IV - Usufruir dos serviços oferecidos pelo **INSTITUTO PATIO VERDE**;
V - Manifestar sobre os atos, decisões e atividades do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
VI - Acesso ao material informativo, biblioteca e demais produtos e serviços.

Artigo 10º - São deveres dos associados:

I - Cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
II - Acatar as decisões das Assembléias Gerais;
III - Atender aos objetivos do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
IV - Zelar pelo nome do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
V - Participar das atividades do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
VI - Contribuir com apresentação de propostas para desenvolvimento da instituição, com apresentação de projetos e programas;
VII - Não usar a estrutura para beneficio próprio;
VIII - Acatar as decisões e diretrizes da Diretoria Executiva.

Artigo 11º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Instituição.

Artigo 12º - Da admissão, suspensão, exclusão e demissão:

§1º - Para admissão do associado, deverá ser preenchida uma ficha cadastral, a qual será analisada pela Diretoria Executiva e uma vez aprovada, será informado do seu número de matrícula e categoria a que pertence.

§2º - O convite para efetivar o associado contribuinte será em forma de avaliação, sendo encaminhado pela Diretoria Executiva e homologado pela Assembléia Geral, ao ter cumprido o prazo de três (3) anos de associado, conforme tenha atendido o artigo 8º, §2º do presente estatuto.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

§3º - Quando um associado infringir o presente estatuto ou exercer atividades que comprometa a ética, moral ou aspecto financeiro do **INSTITUTO PATIO VERDE**, o mesmo será passível de sanções da seguinte forma: 1- advertência por escrito; 2 - suspensão dos seus direitos por tempo determinado; 3 - exclusão do quadro de associado.

§4º - A advertência, por escrito, será elaborada pela Diretoria Executiva, com aviso de recebimento, informando o motivo.

§5º - Ocorrendo repetição do fato, o associado será suspenso dos seus direitos, por um prazo não superior a cento e cinqüenta (150) dias corridos, pela Diretoria Executiva, com exposição de motivos.

§6º - Perdurando o fato, ou que venha a cometer mais transtornos, no prazo de doze (12) meses corridos, o associado será conduzido pela Diretoria Executiva para pautar junto à Assembléia Geral Extraordinária, sugerindo a sua exclusão.

§7º - Quando do encaminhamento do associado para sua exclusão, o mesmo terá direito de defesa na Assembléia Geral.

§8º - O associado excluído poderá retornar ao quadro de associado, após três (3) anos de afastamento.

§9º - Para demissão espontânea do associado basta o encaminhamento de uma correspondência dirigida à secretaria do **INSTITUTO PATIO VERDE**, pelo mesmo, com a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13º - O INSTITUTO PATIO VERDE será administrado por:

I - Assembléia Geral;
II - Diretoria;
III- Conselho Fiscal (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º).

Parágrafo Único - A Instituição remunera seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades. (Lei 9.790/99, inciso VI do art. 4º).

Artigo 14º - A Assembléia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 15º - Compete à Assembléia Geral:

I - eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
II - decidir sobre alteração e reformas do Estatuto, na forma do artigo 63º;
III - decidir sobre a extinção da Instituição, nos termos do artigo 64º;
IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
V - aprovar o Regimento Interno;
VI - emitir Ordens Normativas para funcionamento interno da Instituição;
VII - discutir assuntos referentes a bens e patrimônios.

Artigo 16º - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano para:

I - aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria;
II - apreciar o relatório anual da Diretoria;
III- discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;

Artigo 17º - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente, quando convocada:

I - pela Diretoria;
II - pelo Conselho Fiscal;
III - por requerimento de pelo menos 5 (cinco) associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 18º - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

sede da Instituição e/ou publicado na impressa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 3 (três) dias corridos.

Parágrafo Único - Qualquer Assembléia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com qualquer número.

Artigo 19º - A instituição adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios. (Lei 9.790/99, inciso II do art. 4º).

Artigo 20º - A Diretoria será constituída por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo/Financeiro, um Diretor de Comunicação e Eventos, um Diretor Jurídico, um Diretor Sócio-Cultural e Pedagógico, um Diretor de Projetos, um Diretor Ambiental e um Diretor de Pesquisas e Tecnologias.

Parágrafo Único - O mandato da Diretoria será de **48** (quarenta e oito) **meses**, sendo vedada mais de duas reeleições consecutivas.

Artigo 21º - Compete à Diretoria:

I - elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
II - executar a programação anual de atividades da Instituição;
III - elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
IV - reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
V - contratar e demitir funcionários;
VI - regulamentar as Ordens Normativas da Assembléia Geral e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
VII - administrar e representar o **INSTITUTO PATIO VERDE** nos seus atos;
VIII - constituir, unificar e dissolver departamentos;
IX - convocar assembléias;
X - montar planos de trabalho
XI - cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno e as decisões da Assembléia Geral.

Artigo 22º - A Diretoria se reunirá no mínimo uma vez por mês.

Artigo 23º - Compete ao Diretor-Presidente:

I - representar o **INSTITUTO PATIO VERDE** judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;
II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
III - presidir a Assembléia Geral;
IV - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
V - assinar documentos, recebimentos e pagamentos;
VI - contratar e demitir funcionários
VII - organizar os planos de trabalhos e gerenciar a execução dos projetos e programas do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
VIII - buscar formas de atualizações;
IX - dimensionar a estrutura administrativa da Diretoria Executiva conforme o volume de atividades a ser administrada, podendo variar em função do número de Departamentos, programas e projetos;
X - cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno e as decisões da Assembléia Geral;
XI - Aprovar e respeitar o regimento interno;
XII - administrar o **INSTITUTO PATIO VERDE**, em conjunto com os demais membros

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

da Diretoria Executiva.
XIII - administrar e representar o **INSTITUTO PATIO VERDE** ativamente e passivamente;
IX - assinar convênios e contratos, e firmar parcerias.

Artigo 24º - Compete ao Diretor Administrativo/Financeiro:
I - substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
IV - executar as funções de Tesoureiro;
V - organizar a contabilidade e as finanças;
VI - montar o balanço anual e os balancetes;
VII - assinar em conjunto com o Presidente as liberações de pagamentos;
VIII - manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
IX - arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
X- pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
XI- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
XII- apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
XII- conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
XIV- executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 25º - Compete ao Diretor de Comunicação e Eventos:
I - secretariar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral e redigir as atas;
II - publicar todas as notícias das atividades da entidade;
III - publicar eventos através de comunicação de mídias e outras fontes;
IV- promoção de campanhas sócio-ambientais e mobilização de mutirões;
V - manter sobre sua guarda os livros do **INSTITUTO PATIO VERDE**;
VI - administrar o arquivamento dos documentos e correspondências;
VII - executar os serviços de suporte, logística e administração de pessoal;
VIII - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 26º - Compete ao Diretor Sócio-Cultural e Pedagógico:
I - substituir o Diretor de Comunicação e Eventos em suas faltas ou impedimentos;
II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Diretor de Comunicação e Eventos;
IV - elaborar e re-projetar materiais didáticos à capacitação;
V - recrutar e selecionar instrutores;
VI - elaborar planos e projetos educacionais;
VII - desenvolver estudos e pesquisas pedagógicas e educacionais;
VIII - dirigir o departamento social e cultural, promovendo o seu perfeito funcionamento e entrosamento, buscando recursos financeiros, junto a Iniciativa Privada e Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
IX - elaborar, promover e executar os eventos sociais e culturais **do INSTITUTO PATIO VERDE**;
X - apresentar a Diretoria Executiva, quando solicitado pelo Presidente, relatório relativo ao seu departamento;
XI - elaborar perfil sócio-econômico-cultural de locais demandados, assim como esboçamento de projetos sociais;
XII - promover ações de responsabilidade social, inclusão e suas campanhas;
XIII - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 27º - Compete ao Diretor Jurídico:

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

I - substituir o Diretor Administrativo/Financeiro em suas faltas e impedimentos;
II - assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III - prestar, de modo geral, sua colaboração ao Diretor Administrativo e Financeiro;
IV - representar o **INSTITUTO PATIO VERDE** em ações processuais e penais;
V - prestar apoio jurídico à Instituição, sempre que precisar;
VI - expedir ordens de licitação para a aquisição de bens, serviços e obras;
VII - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 28º - Compete ao Diretor de Projetos:
I - participação de todas as fases e ciclo de vida dos projetos;
II - manter informado acerca do andamento dos projetos todos aqueles que estão envolvidos diretamente;
III - será responsável pelo cumprimento eficaz e eficiente dos objetivos, dentro dos prazos aprovados pela equipe multidisciplinar;
IV - coordenação e supervisão sobre os avanços do projeto em todos os seus aspectos: Organização, Planejamento, Execução, Administração e Controle;
V - monitoramento e controle do projeto;
VI - emitir laudo técnico e seus pareceres no ato de conclusão do projeto, ou ainda, no andamento deste, caso for conveniente;
VII - preparar toda a documentação operacional, técnica, administrativa e financeira do projeto; entre outros: planos operacionais, informes, orçamentos, contratos, ordens de pagamento, etc;
VIII - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar e avaliar a realização e o desenvolvimento de todas as tarefas do projeto: técnicas, administrativas e de organização;
IX - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 29º - Compete ao Diretor Ambiental:
I - programar educação ambiental e Informações ao público;
II - promover mecanismos administrativos e jurídicos de defesa do meio ambiente;
III - conscientizar com uma visão pró-ativa ambientalmente a incentivar a reciclagem dos lixos e a separação do mesmo, na obtenção de um controle sanitário adequado;
IV - orientar a todos no desenvolvimento e implantação de ações, projetos, programas e políticas sustentáveis;
V - periciar áreas degradadas e propor soluções para a recuperação e preservação do meio ambiente;
VI - possibilitar a exploração econômica sustentável, prevenindo e minimizando os eventuais impactos ambientais;
VII - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 30º - Compete ao Diretor de Pesquisas e Tecnologias:
I - viabilizar estudos cientificos e tecnológicos para aprimoramento nas execuções das atividades;
II - acompanhar os avanços tecnológicos e suas tendências;
III - alocação de recursos favoráveis na implementação de tarefas;
IV - fomento e apoio na busca de inclusão digital;
V - elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento social e intensificar a qualificação e promoção do trabalho;
VI - articular para Implantação de Incubadoras;
VII - promover inovação tecnológica básica aos segmentos de produção e processamento de arranjos produtivos locais;
VIII - projetar tecnologias modernas de produção;
IX - buscar idéias que impulsionam o desenvolvimento local;
X - Implantar técnicas para aprimoração da qualidade dos serviços executáveis;
XI - elaborar pesquisa e desenvolvimento;
XII - promover metodologias de avaliação de programas de fomento à ciência,

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

tecnologia e inovação;
XIII - executar as demais atividades definidas no regimento interno.

Artigo 31º - O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral, sendo eles: um Presidente Fiscal, 1º Conselheiro Fiscal e 2º Conselheiro Fiscal.

§ 1º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Artigo 32º - Compete ao Conselho Fiscal:
I - examinar os livros de escrituração da Instituição;
II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade; (Lei 9.790/99, inciso III do art. 4º)
III - requisitar ao Diretor Administrativo/Financeiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
IV - contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
V - convocar extraordinariamente a Assembléia Geral;
VI - fiscalizar os balancetes e balanços anuais;
VII - manifestar sobre alienação e venda de bens e patrimônios;
VIII - manifestar sobre conduta dos associados;
IX - manifestar sobre planos de trabalho.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 33º - Ao Presidente do Conselho Fiscal, compete: 1 - presidir reuniões e assembléias; 2 - assinar documentos relativos aos pareceres do Conselho Fiscal; 3 - representar o Conselho Fiscal perante a Diretoria Executiva; 4 - executar as demais atividades definidas que compete ao Conselho Fiscal no Artigo 32º, deste Estatuto.

Artigo 34º - Ao 1º Conselheiro Fiscal compete: 1 - substituir o Presidente do Conselho Fiscal nas faltas e impedimentos; 2 - secretariar as reuniões e assembléias; 3 - priorizar a avaliação de ações administrativas.

Artigo 35º - Ao 2º Conselheiro Fiscal compete: 1 - substituir o 1º Conselheiro Fiscal, nas faltas e impedimentos; 2 - manter sobre sua guarda os livros e documentos relativos ao Conselho Fiscal, assim como lavramento de atas, segundo as suas competências.

Artigo 36º - O Conselho Fiscal poderá sugerir a contratação de serviços de terceiros para realizar auditoria, assessoria ou consultoria para fornecer relatórios de avaliação dos programas, projetos e aspectos contábeis e financeiros, desde que aprovado previamente pela Assembléia Geral no que se refere aos recursos a serem gastos.

CAPÍTULO IV - DO PROCESSO ELETIVO, DA APURAÇÃO E DA POSSE

Artigo 37º - Compete à Diretoria estabelecer a convocação das eleições com base neste capítulo.

Artigo 38º - A eleição ocorrerá em Assembléia Geral ordinária da seguinte forma:
38.1 - serão indicados dois membros entre os presentes para condução da Assembléia Geral de eleição que não sejam candidatos para a direção e secretariado;
38.2 - o Diretor-Presidente conduzirá apenas a abertura da plenária, explanando as conformidades do processo eletivo;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

38.3 - para cada chapa candidata, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho;
38.4 - a votação será secreta, para todos associados de pleno gozo dos seus direitos;
38.5 - os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente;
38.6 - encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos; 38.7 - após a contagem será proclamada a chapa eleita.

Artigo 39º - São prazos que regem o processo eleitoral e que deverão constar do edital de convocação:

a) 50 (cinqüenta) dias antes das eleições, para apresentação de chapas;
b) 05 (cinco) dias da apresentação para impugnação de chapas;
c) 30 (trinta) dias antes das eleições são lançados oficialmente os registros de chapas;
d) 30 (trinta) dias após realizar as eleições;
e) As eleições terão inicio às 08:00 horas e término às 17:00 horas.

Artigo 40º - Compete à Comissão Eleitoral elaborar todos os materiais necessários para eleição, na forma abaixo:

a) Ficha de Identificação individual dos candidatos;
b) Envelopes e papéis para comunicação;
c) Urnas e cabines de votação;
d) Ata de encerramento de votação;
e) Canetas;
f) Almofadas;
g) Lista de votantes;
h) Envelopes para votos impugnados.

Artigo 41º - As chapas candidatas deverão inscrever-se de forma completa, com seus respectivos nomes e cargos em duas vias, protocolados junto à secretaria do **INSTITUTO PATIO VERDE**, com antecedência mínima de um (1) dia corrido da Assembléia Geral de eleição.

Artigo 42º - Para impugnação da chapa, a mesma deverá ser realizada por escrito até dois (2) dias corridos após a Assembléia Geral e deverá ser protocolado junto à secretaria do **INSTITUTO PATIO VERDE**.

Artigo 43º - A solicitação da impugnação será encaminha para Conselho Fiscal ou comissão especialmente constituída para tal finalidade.

Parágrafo único - A comissão terá o prazo máximo de cinco (5) dias corridos para fornecer o parecer sobre a solicitação da impugnação.

Artigo 44º - Ocorrendo a impugnação, será prorrogado automaticamente o mandato da gestão em exercício, até a nova Assembléia Geral de eleição.

Artigo 45º - Ocorrendo a impugnação, deverá ser realizada uma nova Assembléia Geral Extraordinária no prazo máximo de cento e cinqüenta (150) dias corridos.

Artigo 46º - A Diretoria publicará o Edital de Convocação das eleições, 60 (sessenta) dias antes das eleições, contendo: hora, data, local de realização das eleições.

Artigo 47º - Ao apresentar a chapa para a Nova Diretoria, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos fotocopiados, sob pena de cancelamento de seu registro:

a) Cadastro da Pessoa Física – CPF;
b) Carteira de Identidade;
c) Comprovante de residência;

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

d) Carteira de Sócio;
e) Carteira de Conselho de Classe, caso possuir.

Artigo 48º - Os cargos eletivos para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal são exclusivos dos associados fundadores e efetivos, pessoas físicas, que estejam em pleno gozo dos seus direitos. O associado que tiver menos de 01 (um) ano no quadro social do INSTITUTO PATIO VERDE não poderá concorrer a cargos da Diretoria, mas com exceção do não preenchimento das chapas. Também não poderá concorrer a cargo da nova diretoria aquele que não estiver em dias com sua contribuição social.

Artigo 49º - Será eleita a chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos. Caso de empate terá como direito, o Candido de obtiver maior Plano Curricular e ter idade superior.

Artigo 50º - Logo após a votação, será feita apuração com membros escolhidos pela Comissão composta de 03 (três) pessoas, 01 (um) Presidente da mesa, 01 (um) Secretário e 01 (um) Suplente, da qual se lavrará a respectiva Ata de Posse.

Artigo 51º - A posse da chapa eleita ocorrerá após quinze (15) dias corridos à data da Assembléia Geral de eleição.

CAPÍTULO V - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Artigo 52º - Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

I - Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Púbico pra financiamento de projetos na sua área de atuação;
II - Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
III - Doações, legados e heranças;
IV - Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
V - Contribuição dos associados;
VI - Receitas de prestação de serviços;
VII - Rendas em seu favor constituído por terceiros;
VIII - Receitas de comercialização de produtos ou serviços;
IX - Juros bancários e outras receitas financeiras;
X - Receitas de produção;
XI - Renuncia e incentivo fiscal;
XII - Recursos Internacionais;
XIII - Recebimento de direitos autorais etc.

Artigo 53º - Todas as receitas serão destinadas à manutenção dos objetivos do **INSTITUTO PATIO VERDE**.

Artigo 54º - O patrimônio do **INSTITUTO PATIO VERDE** será constituído de bens identificados em escritura pública, que vierem a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçado de ônus.

Artigo 55º - A contratação de empréstimo financeiro que venha a contrair de bancos ou através de particulares, que venha a agravar de ônus sobre patrimônio do **INSTITUTO PATIO VERDE**, dependerá de aprovação do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO

Artigo 56º - O patrimônio do INSTITUTO PATIO VERDE será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública e/ou privada.

Artigo 57º - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

transferido à outra pessoa jurídica de fins não econômicas caracterizadas como OSCIP qualificada nos termos da Lei 9.790/99, inciso IV do art. 4º, por deliberação da Assembléia Geral, podendo ser instituição municipal, estadual ou federal, com fins idênticos ou semelhantes, preferencialmente.

CAPÍTULO VII - DOS LIVROS

Artigo 58º - O **INSTITUTO PATIO VERDE** manterá os seguintes livros: 1 - livro de presença das assembléias e reuniões; 2 - livro de ata das assembléias e reuniões; 3 - livros fiscais e contábeis; 4 - demais livros exigidos pelas legislações.

Artigo 59º - Os livros poderão ser confeccionados através de folhas soltas numeradas e arquivadas.

Artigo 60º - Os livros estarão sobre a guarda do Diretor Administrativo/Financeiro do **INSTITUTO PATIO VERDE**, devendo ser vistoriados pelo Diretor-Presidente da Diretoria Executiva e pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 61º - Os livros estarão na sede do **INSTITUTO PATIO VERDE**, sendo disponibilizados para os associados em geral.

CAPÍTULO VIII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 62º - A prestação de contas da Instituição observará no mínimo (Lei 9.790/99, inciso VII do art. 4º):

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 63º - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo inclusive no tocante à Administração, por decisão da Administração, precedida das presencias dos sócios fundadores e efetivos com quorum de aprovação de 50% (cinqüenta por cento) mais um, especialmente convocada para esse fim, onde decidirão as alterações e ajustamentos das cláusulas estatutárias, e entrará em vigor na data de seu registro em Cartório.

Artigo 64º- Para extinção do **INSTITUTO PATIO VERDE**, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades, o processo consistirá em:

64.1 - convocar uma Assembléia Geral extraordinária especialmente para extinção com antecedência mínima de trinta (30) dias corridos, pela imprensa local,

64.2 - deliberar com dois terços dos presentes,

64.3 - com a resolução da extinção, o patrimônio e os bens, satisfeitas as obrigações, serão destinados a uma instituição enquadrada como determinado na lei federal nº 9.790/99.

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72227

Artigo 65º - Em casos constatdos de problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome da instituição, a Diretria Executiva poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos assciados, como mínimo de cinco (5) membros, para analise da situação e fornecer pareceres ara decisão administrativa.

Parágrafo único: A missão terá o prazo de trinta (30) dias corridos para apresentação dos pareceres, ós a sua constituição.

Artigo 66º - Atendido o dispovo do artigo 3º, da lei federal nº 9.790/99, de 23/03/99, para qualificar como organizaçãoa sociedade civil de interesse público, fica regida pelo presente estatuto a seguinte ma:

66.1 - observância d princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicid e da eficiência;

66.2 - adoção de práticæ gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma indual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participa no respectivo processo decisório;

Artigo 67º - Os casos ops serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

São Luís, 08 de março de 2(

Clesilma Sousa de Jesu
Diretora-Presidente do I Pátio Verde

Advogado: Aécio Francisco Bezerra Santos
OAB/MA nº 14.694

CANTUÁRIA DE VEDO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
CENTRO EMPRESARIAL VINÍCIUS DE MO 04 - CALHAU
Apresentado hoje, protocolo registrado
em microfilme sob o nº 72
São Luís, 16 JAN. 2023
Dr. José Tadeu Cantuária
Oficial
José Tadeu Cantuária de Ao
Glenda Medeiros Arau
Substitutos
Melissa Sousa Ro
Tayane Santiago I
Escrevente
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

Poder Judiciario TJMA. Selo: PRENOT029926DM4BJOLFTCAND11, 16/01/2023 12:30:28, Ato: 15.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 37,20 Emol R$ 33,52 FERC R$ 1,00 FADEP R$ 1,34 FEMP R$ 1,34 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: ARQUIV029926Y9D1WQUGJQD1J736, 16/01/2023 12:38:37, Ato: 15.22, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 84,28 Emol R$ 76,16 FERC R$ 2,24 FADEP R$ 2,94 FEMP R$ 2,94 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: REGCON029926PJ450KUK6ZOJDF27, 16/01/2023 12:37:07, Ato: 15.5.1, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 199,91 Emol R$ 180,11 FERC R$ 5,40 FADEP R$ 7,20 FEMP R$ 7,20 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciario TJMA. Selo: REGCON029926P4GWB2U9ILVI5F81, 16/01/2023 12:36:17, Ato: 15.5.2, Parte(s): INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE. Total R$ 83,88 Emol R$ 75,69 FERC R$ 2,25 FADEP R$ 2,97 FEMP R$ 2,97 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

SANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

MANDATO:

RELAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL 08/03/2022 A 08/03/2026

DIRETORIA EXECUTIVA	
DIRETOR PRESIDENTE: Clesilma Sousa de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000031361694-9 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 11 Estrela, nº 01, Bairro Vila Bagdá – Itapera, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 856.572.203-15
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 03/05/1979	PROFISSÃO: Pedagoga
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Luana Amorim Costa	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 040400412010-4/SSP-MA
ENDEREÇO: Av. Horizonte, Q. 06, nº 01, Bairro Pôr do Sol, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 607.241.523-77
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 17/03/1995	PROFISSÃO: Téc. em Meio Ambiente
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS: Leonardo Gusmão de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 017972172001-5/SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Nª Sª da Conceição, nº 03, Vila Bagdá, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 014.916.153-03
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 09/03/1987	PROFISSÃO: Gestor Ambiental
DIRETOR JURÍDICO: Daniel Rodrigues dos Santos	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 000039155295-3/SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Padre Marcos, nº 06, Bairro São Bernardo, CEP: 65055-810, São Luís - MA	CPF: 656.968.753-00
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 03/01/1981	PROFISSÃO: Administrador / Gestor Ambiental
DIRETOR SÓCIO-CULTURAL E PEDAGÓGICO: Dulce Maria Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000104802899-0 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua nova, nº 04, Bairro Angelim, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 017.283.813-47
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 11/07/1979	PROFISSÃO: Autônoma
DIRETOR DE PROJETOS: Daniela Borges Ribeiro	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 033928042007-5 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 13, nº 14, Bairro Janaína, CEP: 65058-507, São Luís - MA	CPF: 602485313-01
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 29/06/1986	PROFISSÃO: Engenheira Agrônoma
DIRETOR AMBIENTAL: Viviane Maria Freitas	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 039280652010-4 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 01, nº 19, Bairro Parque Brasil, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 058.496.233-96
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/04/1981	PROFISSÃO: Téc. em Meio Ambiente
DIRETOR DE PESQUISA E TECNOLOGIAS: Luís de Franca Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 058433202016-3 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua da Paz, nº 100, Bairro Anajatiua, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 619.587.793-00
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/08/1960	PROFISSÃO: Trabalhador Rural

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

RELAÇÃO DOS SOCIOS FUNDADADORES

José Benedito Travassos Pires	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 000112742299-2 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Gonçalves Dias, nº 30, Bairro Vila Brasil, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 024.563.783-42
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/03/1986	PROFISSÃO: Tec. Agropecuária
Maria Vitoria Pinheiro Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000071570697-7 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 07, Q. 08, nº 10, Bairro V. Sarney, CEP: 65000-000, São Luis - MA	CPF: 071.036.972-72
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 06/01/1951	PROFISSÃO: Agricultor Familiar

São Luís – MA, 08 de março de 2022

Clesilma Sousa de Jesus
Diretora-Presidente do Instituo Pátio Verde

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

RELAÇÃO DOS SOCIOS FUNDADADORES

Clesilma Sousa de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000031361694-9 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 11 Estrela, nº 01, Bairro Vila Bagdá – Itapera, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 856.572.203-15
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 03/05/1979	PROFISSÃO: Pedagoga
Luana Amorim Costa	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 040400412010-4/SSP-MA
ENDEREÇO: Av. Horizonte, Q. 06, nº 01, Bairro Pôr do Sol, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 607.241.523-77
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 17/03/1995	PROFISSÃO: Téc. em Meio Ambiente
Leonardo Gusmão de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 017972172001-5/SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Nª Sª da Conceição, nº 03, Vila Bagdá, CEP: 65092-115, São Luís - MA	CPF: 014.916.153-03
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 09/03/1987	PROFISSÃO: Gestor Ambiental
Daniel Rodrigues dos Santos	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 000039155295-3/SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Padre Marcos, nº 06, Bairro São Bernardo, CEP: 65055-810, São Luís - MA	CPF: 656.968.753-00
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 03/01/1981	PROFISSÃO: Administrador / Gestor Ambiental
Dulce Maria Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000104802899-0 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua nova, nº 04, Bairro Angelim, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 017.283.813-47
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 11/07/1979	PROFISSÃO: Autônoma
Daniela Borges Ribeiro	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 033928042007-5 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 13, nº 14, Bairro Janaina, CEP: 65058-507, São Luís - MA	CPF: 602485313-01
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 29/06/1986	PROFISSÃO: Engenheira Agrônoma
Viviane Maria Freitas	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 039280652010-4 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 01, nº 19, Bairro Parque Brasil, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 058.496.233-96
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/04/1981	PROFISSÃO: Téc. em Meio Ambiente
Luís de Franca Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 058433202016-3 /SSP-MA
ENDEREÇO: Rua da Paz, nº 100, Bairro Anajatiua, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 619.587.793-00
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/08/1960	PROFISSÃO: Trabalhador Rural
Maria da Conceição Verde de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000026550194-6 / SSP-MA
ENDEREÇO: Av. Horizonte, Quadra 02, nº 04, Bairro Pôr do Sol, São Luís - MA	CPF: 010.764.723-03
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 09/08/1969	PROFISSÃO: Agricultora Familiar

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

CANTUÁRIA DE AZEVEDO
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
MICROFILME nº 72229

MANDATO:
08/03/2022 A 08/03/2026

RELAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL EFETIVO	
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL: Maria da Conceição Verde de Jesus	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000026550194-6 / SSP-MA
ENDEREÇO: Av. Horizonte, Quadra 02, nº 04, Bairro Pôr do Sol, Bairro: São Luís - MA	CPF: 010.764.723-03
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 09/08/1969	PROFISSÃO: Agricultora Familiar
1º CONSELHEIRO FISCAL: José Benedito Travassos Pires	
NACIONALIDADE: Brasileiro	RG: 000112742299-2 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua Gonçalves Dias, nº 30, Bairro Vila Brasil	CPF: 024.563.783-42
ESTADO CIVIL: Solteiro / DATA NASCIMENTO: 26/03/1986	PROFISSÃO: Tec. Agropecuária
2º CONSELHEIRO FISCAL: Maria Vitoria Pinheiro Pereira	
NACIONALIDADE: Brasileira	RG: 000071570697-7 / SSP-MA
ENDEREÇO: Rua 07, Q. 08, nº 10, Bairro V. Sarney, CEP: 65000-000, São Luís - MA	CPF: 071.036.972-72
ESTADO CIVIL: Solteira / DATA NASCIMENTO: 06/01/1951	PROFISSÃO: Agricultor Familiar

São Luís – MA, 08 de março de 2022

Clesilma Sousa de Jesus
Diretora-Presidente do Instituo Pátio Verde

PREFEITURA DE SÃO LUÍS

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

DADOS CADASTRAIS DO CONTRIBUINTE

Origem: REDESIM

DADOS GERAIS

TIPO DE PESSOA: JURÍDICA **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 3682430877 **CNPJ:** 50131261000119
NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE
NOME FANTASIA: INSTITUTO PATIO VERDE
SITUAÇÃO CADASTRAL: ATIVO
NATUREZA JURÍDICA: 3999 - Associação Privada
CBO: -
DOC. CONSTITUIÇÃO: ESTATUTO/ATA **ALT. ATUAL. CONTR. SOC.:** 16/01/2023
ORGÃO DE REGISTRO: JUNTA COMERCIAL - **NIRE:** 72227
CAPITAL SOCIAL: 0,00 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**
REG. TRIBUTÃRIO: Normal **TIPO ESTABELECIMENTO:** SEDE/MATRIZ
SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO: N?O **REGIME PAGAMENTO:** DE COMPETENCIA
INSCR. MUNIC. PRINCIPAL: SIM **TIPO ENQUADRAMENTO:** LTDA
LIVRO: **FOLHA:** **DATA DO REGISTRO:** 16/01/2023
ATV. LICENCIADA VINCULADA: Taxa TLVLF Outras Atividades - Pequeno Porte

TIPO PORTE: PEQUENO PORTE **TIPO DE INSCRIÇÃO:** NORMAL

ENDEREÇOS

ENDEREÇO ESTABELECIMENTO

TIPO DE ZONA URBANA **USO DO IMÓVEL:**
TIPO DE IMÓVEL: N?O INFORMADO **INSC. IMOBILIÃRIA**
CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 65
ENDEREÇO: R PRINCIPAL **CEP:** 65092115
COMPLEMENTO: ANDAR 1 SALA 1 **BAIRRO:** ITAPERA
POVOADO: **ZONA RURAL:**
CCIR: **NIRF:**
DATUM REFERÃŠNCIA: **LATITUDE:**
LONGITUDE:

ENDEREÇO CORRESPONDÊNCIA

CIDADE/UF: SAO LUIS / MA **NÚMERO:** 65
ENDEREÇO: R PRINCIPAL **CEP:** 65092115
COMPLEMENTO: ANDAR 1 SALA 1 **BAIRRO:** ITAPERA

CONTATOS

TIPO DE CONTATO	DESCRIÇÃO
E-MAIL	institutopatioverdeslz@gmail.
TELEFONE	(98) 91065996
	institutopatioverdeslz@gmail.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

OBJETO SOCIAL

null

FORMA DE ATUAÇÃO

Estabelecimento Fixo

LISTA DE ATIVIDADES

CÓDIGO CNAE	DESCRIÇÃO	PRINCIPAL
949950000	ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	SIM

REPRESENTANTES E QSA

REPRESENTANTES DA EMPRESA

RESPONSABILIDADE	CPF/CNPJ	NOME/RAZÃO SOCIAL
Legal	NÃO DEFINIDO	NÃO DEFINIDO
Contábil	64821439387	KARLOS EDUARDO BRITO FERREIRA

QUADRO SOCIETÁRIO/INTEGRANTES

CPF/CNPJ	NOME	QUALIFICAÇÃO	PARTICIPAÇÃO
85657220315	CLESILMA SOUSA DE JESUS	PRESIDENTE	0%

ÁREA/HORÁRIO FUNCIONAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO SOLO E DA ATIVIDADE

ÁREA FÍSICA OCUPADA: 0,00m² **QUANTIDADE:** 0

QUADRAS E CINEMAS

QUANTIDADE DE QUADRAS: 0

QUANTIDADE DE CINEMAS: 0

Local: SAO LUIS / MA , 31/05/2023

CPF/CNPJ: 50131261000119

Nome/Razão: INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO

Contribuinte

null

Servidor

CERTJUDONE-SJDFRSL - 43082025
Código de validação: 56A28E089A
(relativo ao Processo 539712025)
Número da guia: 2505730100220028 5.

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO ÚNICA PARA FINS GERAIS

USANDO da faculdade que me confere a Lei. **CERTIFICO** a requerimento de pessoa interessada que, dando busca em nossos arquivos dos feitos referentes às **Varas Cíveis, Fazenda Pública, Interesses Difusos e Coletivos, Família, Sucessão, Tutela, Curatela e Ausência e Criminal** a partir do dia primeiro (1º) do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e quinze (2015) até o dia 4 de Agosto de 2025 04/08/2025, constatei **NÃO EXISTIR** [1]distribuição de **AÇÕES E/OU EXECUÇÕES** contra: **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PATIO VERDE,** inscrita no **CNPJ nº. 50.131.261/0001-19. CERTIFICO** finalmente que a Secretaria de Judicial Distribuição é a única existente nesta Cidade e **Termo Judiciário** de São Luís. O referido é verdade me reporto e dou fé. Dada e passada a presente certidão na Secretaria Judicial de Distribuição a meu cargo, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", nesta Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Eu, **Vanessa Cristina Ferreira Sales Coelho,** Assessor de Apoio Operacional II, mat. 186890, consultei e digitei. E eu, **Fernanda Alice Vilela Brandão,** Secretária Judicial da Distribuição, mat. 195586, subscrevo e assino digitalmente.

FERNANDA ALICE VILELA BRANDÃO
Secretária Judicial de Distribuição
Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum de São Luís
Matrícula 195586

[1] **OBSERVAÇÃO:** o CNPJ e a razão social constantes nesta certidão foram informados pelo solicitante. Sua titularidade deverá ser conferida pelo interessado e destinatário. Os feitos oriundos da Vara de Interesses Difusos e Coletivos terão sua competência vinculada às Varas Cíveis e/ou Fazenda, de acordo com os litigantes. Na Certidão de Distribuição Única para Fins Gerais não constam processos das Varas de Execuções Criminais e Penas Alternativas, 2ª Vara da Infância e Juventude, 2ª Vara Esp. Violência Doméstica e Familiar, Juizados Especiais Criminais, Justiça Militar, Carta Precatória, processos SUSPENSOS (Lei 9.099/95 ou art. 28-A do CPP e Lei 13.964/2019) e arquivados e/ou baixados definitivamente, processos Segredo de Justiça e processos nos quais não foram oferecidas denúncia. As consultas foram realizadas no sistema Processo Eletrônico Judicial (PJE) e **ABRANGE SOMENTE AS VARAS COMUNS DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUIS**. Esta certidão terá validade de sessenta (60) dias (art. 149 do Código de Normas da CGJ) e emitida em uma única via mediante código de Selo Eletrônico Judicial, sem rasuras e mediante assinatura eletrônica do servidor (art. 150 do Código de Normas da CGJ c/c art.7º da Resolução-GP nº 38/2022).Esta certidão foi expedida nos termos da Resolução-GP nº 38/2022 e a autenticidade do Selo de Fiscalização Eletrônico Judicial será objeto de conferência por qualquer interessado, que poderá consultar a validade do selo e o detalhamento dos respectivos atos praticados no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do link https://selos.tjma.jus.br, mediante o preenchimento do código de validação do selo ou através de

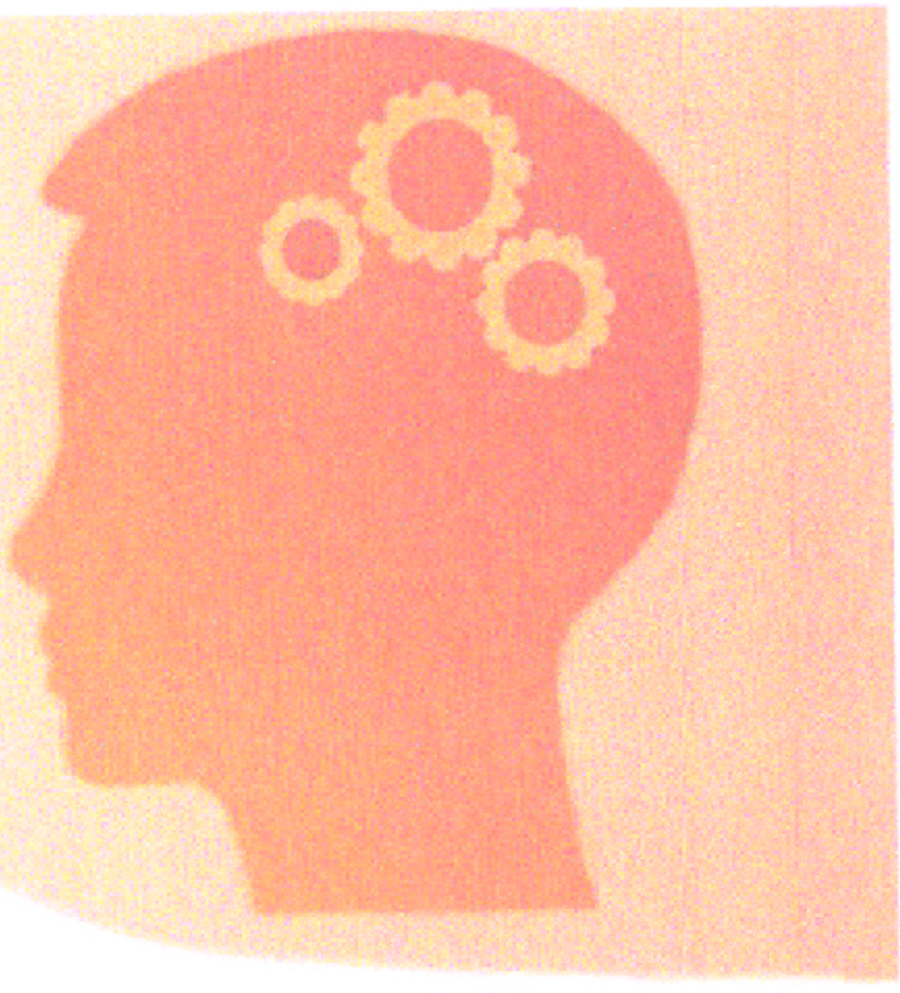
Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

aplicativo leitor de QR Code.

Fórum Desembargador "Sarney Costa"
Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA – CEP 65076-820 – Fone (98) 2055-2738 / 2737
email: distribuicao_slz@tjma.jus.br

Documento assinado. SÃO LUÍS - ENTRÂNCIA FINAL, 04/08/2025 10:02 (FERNANDA ALICE VILELA BRANDÃO)

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL IV SEMINÁRIO DA REDE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL



CERTIFICADO

Certificamos que **INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO** participou do I SEMINÁRIO INTERNACIONAL e IV SEMINÁRIO DA REDE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL **"Neurociência em interface com a Educação Integral: Lições aprendidas no cotidiano"**, que ocorreu no dia 28 de novembro de 2019, no Auditório "Paulo Freire" da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com carga horária de 8 horas.

Rede de Educação Integral
São Luís-MA

REALIZAÇÃO INICIATIVA PARCERIA TÉCNICA APOIO

Menção Honrosa

A **Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Maranhão** expressa sua sincera gratidão ao

INSTITUTO SOCIAL PARA SUSTENTABILIDADE DA VIDA PÁTIO VERDE

pela valiosa parceria na promoção e defesa intransigente dos Direitos Humanos, ações educativas e no fortalecimento de políticas públicas que promoveram a justiça e igualdade ao longo destes quatro anos de trabalho.

São Luís, 13 de novembro de 2024

Fabíola Diniz Araújo de Jesus
Ouvidora Geral DPE/MA

DEFENSORIA PÚBLICA
do Estado do Maranhão

